

UMA DISCUSSÃO SOBRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA DA REDE E-TEC BRASIL¹

Maria das Graças Costa Nery da Silva¹, Ney Ribeiro Nolasco², Ana Alice Freire Agostinho³, Sandra Arlinda Santiago Maciel⁴, Ruth Malafaia Pereira⁵, Flávio Teixeira de Souza⁶, Araci Hack Catapan⁷

Instituto Federal de Pernambuco/DAFG/CINF, e-mail: gracasnery@recife.ifpe.edu.br

Instituto Federal Minas Gerais/DET/GETI, e-mail: ney.nolasco@ifmg.edu.br

Instituto Federal de Pernambuco/DEN/ASPE, e-mail: anaalice.freire@recife.ifpe.edu.br

Instituto Federal Minas Gerais/DET/GETI, e-mail: sandra.maciel@ifmg.edu.br

Instituto Federal de Pernambuco/DEN/ASPE. e-mail: ruthmalafaia@recife.ifpe.edu.br

Instituto Federal Minas Gerais/DET/GETI, e-mail: flavio.souza@ifmg.edu.br

Universidade Federal de Santa Catarina/CED. e-mail: hack@ead.ufsc.br

Resumo - Este artigo trata da pesquisa realizada com o objetivo de analisar os Projetos Pedagógicos (PPCs) de Cursos Técnicos de nível Médio Subsequentes da Rede e-Tec Brasil, em termos do atendimento aos ordenamentos legais vigentes na época para esse nível e modalidade e às orientações de documentos norteadores para EaD. Considerou-se como categorias centrais as dimensões política, pedagógica, conceitual, técnica e legal a serem observadas nos Projetos. O estudo adotou a "Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez", privilegiando uma abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumento a análise documental para o mapeamento de 32 PPCs selecionados por região geográfica, Eixos Tecnológicos e curso. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos Projetos não observam os ordenamentos legais e as orientações específicas para a modalidade a distância na estruturação formal dos PPCs. O que sugere a importância da proposição de um Protocolo para elaboração de PPCs de Cursos Técnicos para a modalidade EaD.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico de Curso. Cursos Técnicos. Rede e-Tec Brasil. Educação a Distância.

Abstract – This paper concerns to a research which aims at analyzing the Pedagogical Projects (PPPs) of Technological Courses from Rede E Tec Brasil, in relation to compliance with statutory orders from that period of time for this level and modality and guidelines guiding documents for Distance Education. It was considered as central categories the political, pedagogical, conceptual, technical and legal dimensions to be observed in Projects. The study adopted the "Methodology of The Problematization with Maguerez's Arc" by favoring a qualitative and quantitative approach. The instruments used were document analysis for mapping 32 PPCs selected by each geographic region, Technological Axis and course. The research results indicate that most projects do not verify the

¹ Este Artigo é uma síntese do resultado do projeto de pesquisa GPCRfII/GPPC realizado pelo grupo pesquisa PCEADIS/CNPq no período de 2011 a 2013, com financiamento do FNDE.

legal frameworks and specific guidelines for E learning modality in the formal structuring of Course Pedagogical Projects (CPP). This suggests the importance of a proposal for a Protocol for the elaboration CPP of Technical courses for the Distance Education modality.

Keywords: Pedagogical Project Course. Technical Courses. Rede e-Tec Brasil. Distance Education.

1 Introdução

A tendência de desenvolvimento econômico e social registrado no Brasil nos últimos anos têm reafirmado imperativos educacionais referentes ao acesso, permanência e gratuidade de uma educação básica de qualidade social para todos e aqueles relacionados à preparação para o trabalho e para a cidadania, bem como os esforços para a materialização desses princípios onde ainda não se constituem uma realidade. Esse cenário também tem promovido uma demanda social por qualificação profissional e, em consequência, a adoção de políticas governamentais de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, tanto na esfera estadual como na federal, particularmente, ao que se refere a formação técnico-profissional.

É nesse contexto que a Educação a Distância (EaD) emerge como uma alternativa para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, configurando-se como um *locus* privilegiado de formação profissional, particularmente pela possibilidade de chegar aos lugares mais distantes do território brasileiro, o que vem contribuindo para a crescente expansão e interiorização da oferta dos cursos nessa modalidade.

É importante destacar que a expansão da oferta de educação profissional técnica ocorrida em 2008 por meio da Educação a Distância (EaD), instituída pelo Decreto nº 6.301/2007 (revogado pelo Decreto nº 7.589/2011, que institui a Rede e-Tec Brasil), ocorreu de forma livre e voluntária por parte de instituições públicas interessadas. O único pré-requisito para adesão das instituições de ensino ao programa definido pelo Edital SEED²/SETEC³ nº 01/2007 era a submissão dos Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos na modalidade de educação a distância. No momento de lançamento desse Edital não foram estabelecidos critérios que balizassem à formulação dos Projetos, a referência básica foram as diretrizes curriculares nacionais que tratam de princípios teórico-metodológicos de modo geral, conseqüentemente, e na aderência do que ocorria no presencial, foram criados cursos de mesma natureza com nomenclaturas, cargas horárias e perfis profissionais diversos. Este trabalho parte do pressuposto que, quando foi criado o Sistema e-Tec Brasil, atualmente Rede e-Tec Brasil, o Ministério da Educação (MEC) não tinham ideia da dimensão e da diversidade das propostas de cursos que as instituições públicas de educação profissional, em exercício de sua autonomia, iriam demandar em atendimento ao edital.

² Secretaria de Educação a Distância, extinta em janeiro de 2011.

³ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

A demanda desse primeiro edital foi de 165 projetos de curso entendido como 165 tipos de cursos diferentes. Esta demanda para a EaD, espelhou o estado de pulverização dos cursos ofertados no nível de ensino Técnico. A SETEC/MEC realizou nesse período um estudo que registra a existência de 2.070 tipos de curso em 7.940 ofertas. A reestruturação desse quadro em 12 eixos tecnológicos resultou em 185 tipos de cursos que compõem o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Em 2009, por solicitação do MEC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizou uma pesquisa para analisar projetos pedagógicos dos cursos aprovados no Edital nº 01/2007 para indicar a equivalência entre as disciplinas dos 165 cursos. Ao realizar esta análise, o grupo de trabalho verifica que, segundo o Catálogo Nacional, seriam 48 tipos de cursos das 165 ofertas submetidas ao Edital. Dessas ofertas resultaram 2.801 ementas de disciplinas, onde 577 eram iguais ou equivalentes. Ou seja, mesmo no modo pulverizado das ofertas os cursos tinham entre si uma certa coerência na proposta pedagógica. A recomendação do grupo de pesquisa para a SEED/MEC, que momento fazia a gestão nacional do Sistema e-Tec Brasil, foi que se fizesse um estudo mais aprofundado propondo um currículo referência para o Sistema. Isto foi realizado nos anos de 2009 a 2011. Esta pesquisa⁴ que ora se apresenta é um desdobramento desse processo, que propõe fazer um diagnóstico atual da Rede com o objetivo de desenvolver metodologias adequadas com vista à implementação do Currículo Referência. Uma das metas que trata este artigo é levantar informações de como tem sido concebidos e implementados os projetos pedagógicos a partir do Edital.

Neste sentido é que surgem as questões instigantes aqui explicitadas e que o presente trabalho, sem ter a pretensão de esgotá-las, utiliza como orientadoras na busca do esclarecimento da problemática central dessa pesquisa: os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de nível Médio Subsequente, oferecidos pela Rede e-Tec Brasil, contemplaram os tópicos propostos pelos ordenamentos legais vigentes à época?

Sendo assim, o objeto central deste estudo refere-se precisamente à necessidade de realizar um mapeamento situacional dos PPCs, tendo como parâmetro o que preconizavam os ordenamentos legais e as referências existentes, tendo em vista a proposição de um “Protocolo de Referência para a Elaboração de PPCs de Cursos Técnicos de nível Médio na Modalidade a Distância”. O entendimento é que a elaboração de um documento dessa natureza não pode prescindir do conhecimento de como as instituições de ensino compreendem e orientam a elaboração dos seus Projetos Pedagógicos nesse nível e modalidade.

Nessa perspectiva, busca-se investigar em que medida as instituições que oferecem cursos da Rede e-Tec Brasil utilizam os documentos orientadores e observam os ordenamentos legais vigentes na construção dos PPCs. Outro aspecto

⁴ Este texto é resultado do projeto de pesquisa: Concepção e desenvolvimento de uma metodologia para implementação do Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil – subprojeto de Pesquisa Projeto Pedagógico de Curso – GPPPC, financiado pelo CNPq/FNDE e apoiado pelo Fórum Nacional de Educação Profissional Técnica a Distância (FNEaD).

destacado refere-se às dificuldades e avanços que os PPCs das instituições de ensino apresentam na sua estruturação.

Este artigo é parte do resultado dessa busca e demarca a preocupação crescente com a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica expressa nos fundamentos teóricos e metodológicos sistematizados nos PPCs. Com isso, pretende contribuir para o debate sobre o desafio enfrentado pelas instituições de ensino no processo de elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos da modalidade a distância, fornecendo elementos que possam subsidiar essa construção.

2 Os PPCs e o Projeto Político Pedagógico das Instituições de Ensino

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Instituição e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) são formas de planejamento que envolve o trabalho coletivo de diferentes atores sociais. Mas, o que é um Projeto? Como os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) se articulam com as outras formas de planejamento, notadamente o PPP, presentes nas instituições de ensino?

Para Veiga (1995), todo projeto é um planejamento do que se tem a intenção de realizar, sendo uma ação intencional com um sentido explícito definido coletivamente. Reconhecendo a importância do trabalho coletivo na definição de um projeto de educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) incorporou os princípios da gestão democrática e participativa como elementos fundantes das ações educativas nas instituições de ensino, particularmente no que concerne ao processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP).

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a proposta pedagógica define o projeto de educação profissional e, por conseguinte, é determinante na construção da identidade e da organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino, sendo essencial para a concretização de sua autonomia. Por isso mesmo, o PPP constitui referência obrigatória para todos os projetos e demais formas de planejamento, inclusive para os PPCs e, em decorrência, os planos de trabalho dos docentes.

De um ponto de vista pragmático, (Lück, 2003) assinala que o planejamento – quer sob a forma de plano ou de projeto, é processo que envolve diferentes dimensões: a dimensão técnica que corresponde aos seus aspectos formais, a dimensão técnica, a conceitual e a dimensão política. O risco está em privilegiar a dimensão técnica em detrimento das demais quando, no mundo real, essas dimensões dialogam continuamente, ou seja, são convergentes.

Sendo uma das formas de planejamento presentes nas instituições de ensino, o PPC, necessariamente, deve expressar uma relação de articulação e complementaridade entre os princípios teóricos, filosóficos, metodológicos e operacionais previstos no PPP.

2.1 Projeto Pedagógico de Curso: dimensões

No PPC, além das dimensões assinaladas por Lück (2003), é necessário acrescentar ainda a dimensão pedagógica e a dimensão legal. Enquanto documento técnico, o PPC também não pode perder de vista o contínuo diálogo e a necessária interação e articulação entre as diferentes dimensões: técnica, legal, conceitual, pedagógica e política.

Ao caracterizar as dimensões política e pedagógica, Veiga (1995, p.13) postula que um projeto é político porque está “intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”. Nessa vertente, o significado de “político” remete à reflexão de que não há neutralidade em nenhum Projeto, particularmente no pedagógico, pela força das inter-relações e interfaces das práticas educativas com a sociedade (MINGUILI; DAIBEN, 2012).

Corroborando o princípio segundo o qual as dimensões política e pedagógica dialogam entre si, Veiga (1995, p. 13) afirma que o político e o pedagógico são indissociáveis. Segundo ela, na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição de ensino que é “a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades”.

As dimensões política e pedagógica de um PPC articulam-se com a dimensão conceitual, que representa o marco teórico e epistemológico que dão sustentação ao Projeto. Trata-se de definições e conceitos inter-relacionados oriundos de diferentes áreas de conhecimento, que os propositores escolheram para fundamentar o PPC (SAUPE; ALVES, 2000). Traduzem a concepção do curso, mediante a explicitação dos princípios norteadores e das referências epistemológicas adotadas, da concepção de formação humana, de educação, de ensino, de aprendizagem e de avaliação. O PPC expressa em todas as suas dimensões os elementos constitutivos do perfil desejado do corpo social em formação. Por isso, precisa contemplar a concepção filosófica, a abordagem pedagógica, a derivação didática e metodológica, a organização curricular do curso e as condições básicas necessárias a sua implementação.

Do ponto de vista da sua estrutura formal (dimensão técnica), o processo de elaboração do PPC de cursos técnicos deve observar os ordenamentos legais específicos da educação a distância, bem como as Diretrizes Curriculares pertinentes (dimensão legal). Isso constitui mais um indicativo de como as diferentes dimensões se realizam reciprocamente.

2.2 A evolução dos ordenamentos legais na EaD e a construção de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)

A expansão da EaD tem exigido dos órgãos competentes uma constante atualização dos seus marcos legais, como forma de enfrentamento dos desafios inerentes a essa modalidade. O principal dispositivo legal para a EaD é a LDBEN e o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o Art. 80 dessa lei.

Em se tratando de Disposições Legais, o Art. 80º da LDBEN determina que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e, que normas para produção, controle e avaliação desses programas serão de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino.

Nessa direção, o Decreto nº 5.622/2005 assinala alguns aspectos importantes no que tange a elaboração dos PPCs na modalidade da educação a distância. O Art. 3º desse Decreto trata do embasamento legal para a criação, organização, oferta e desenvolvimento de programas e cursos a distância, assinalando a necessidade de observância da legislação vigente para os cursos presenciais quando da oferta de cursos nessa modalidade.

Além disso, esse decreto ressalta condições específicas para o credenciamento de uma instituição de ensino, a começar pela apresentação do PPC aos órgãos competentes. Destaca também as exigências que são imprescindíveis contemplar nos PPCs, principalmente referentes ao corpo técnico administrativo e docente; o estabelecimento de parcerias, convênios e acordos quando necessário; as instalações físicas e infraestrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores; a descrição detalhada dos serviços de suporte e infraestrutura adequados à realização do projeto pedagógico, inclusive laboratórios científicos, polo de apoio presencial e bibliotecas.

O Decreto nº 5.622/2005, no Art. 13, é ainda mais explícito quanto aos aspectos a serem observados nos PPCs da EaD. Além da observância das diretrizes curriculares nacionais pertinentes, prevê o atendimento aos estudantes com deficiência, dando especial destaque à explicitação da concepção pedagógica do curso. Nessa direção, exige a apresentação do número de vagas, dos currículos, do sistema de avaliação (presencial e a distância) e a descrição das atividades obrigatórias, inclusive estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades laboratoriais.

Esse decreto ratifica o uso dos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância” como norteador para subsidiar atos legais do poder público. Apesar dos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância” terem sido elaborados para a modalidade de educação superior a distância, seu texto de apresentação enfatiza sua função de servir como base para a elaboração de referenciais específicos para os demais níveis.

A modalidade de Educação a Distância no ensino técnico é bem recente no Brasil, e tem um propósito bem claro de expansão e inovação. Nesse sentido é um processo em construção que requer proposição, acompanhamento e avaliação contínua. Nessa perspectiva, este projeto de pesquisa apoiado pelo Fórum Nacional da Educação Profissional Técnica a Distância estende e avança seu tributo de contribuição no sentido de substanciar com pesquisas as proposições para a área, principalmente no que se refere a capacitação do corpo social, para o avanço científico e consolidação da Rede. Nesta mesma linha, o Grupo de Pesquisa Currículo Referência coordenado pela UFSC expressa esse compromisso e tem oferecido à Rede diversos produtos e recomendações, onde destacamos o

“Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva” que traz uma importante contribuição para a construção dos PPCs dos cursos técnicos na modalidade a distância. De acordo com *Catapan et al* (2010), o referido Currículo contém “um conjunto de Matrizes Curriculares norteadoras para a definição do perfil profissional, competências, habilidades, bases tecnológicas e ementas para a formação profissional de nível técnico” de cursos existentes no Brasil. Este documento está em processo de atualização para atender a aderência às novas Diretrizes Curriculares em homologação e sustentar os Referenciais de Qualidade para os Cursos Técnicos de nível Médio oferecidos pela Rede e-Tec Brasil (*CATAPAN et al*, 2010).

2.3 A construção de Projetos Pedagógicos de Cursos sob a ótica das Diretrizes Curriculares para a educação profissional técnica de nível médio.

Ainda na esfera da dimensão legal, é importante analisar as orientações da Resolução CNE/CEB nº 04/1999⁵, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, sobre os elementos constitutivos dos PPCs. Nessa resolução, além dos princípios norteadores, dos critérios para a organização e planejamento dos cursos técnicos de nível médio e os tipos de competências, estão claramente definidos, no Art. 10º, os elementos que, obrigatoriamente, devem constar nos PPCs: I - justificativa e objetivos; II - requisitos de acesso; III - perfil profissional de conclusão; IV - organização curricular; V - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; VI - critérios de avaliação; VII - instalações e equipamentos; VIII - pessoal docente e técnico e IX - certificados e diplomas.

Depreende-se da análise do arcabouço legal discutido, que o cumprimento do Decreto nº 5.622/2005 na ocasião do credenciamento, aliado às orientações contidas nos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância” e o disposto na Resolução CNE/CEB nº 04/1999, por contemplarem elementos essenciais do Projeto Pedagógicos de Cursos técnicos de nível médio, forneciam informações imprescindíveis que norteavam o processo de construção desses documentos.

3 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa utilizou a “Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez” que consiste em estabelecer procedimentos metodológicos na busca de soluções problemas existentes nos vários campos do cotidiano social. Enquanto fundamento teórico-metodológico, esse método foi considerado o mais adequado para o que se propõe essa investigação, na medida em que possibilita a reflexão-ação crítica sobre a realidade. Segundo Berbel (1999), esta metodologia consiste em estabelecer um caminho de pesquisa que parte da realidade social, passa pela observação e

⁵ Embora hoje (2014) exista uma nova versão das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 06 de 20 de setembro de 2012) esta pesquisa utilizou para análise dos dados a Resolução vigente na época que os PPCs foram elaborados.

identificação do problema real, destaca os pontos-chaves que norteiam o problema, promove a teorização/fundamentação das questões relativas ao problema, formula a hipótese de solução e termina com resolução do problema que se aplica à realidade.

No presente trabalho, o conhecimento da realidade prevista na primeira etapa do “Arco de Maguerez” norteou a questão central desta investigação. Adotou-se para o alcance dos objetivos a abordagem qualitativa, que envolve a coleta e análise dos dados pelo contato direto do pesquisador com o objeto de pesquisa, aliada a uma abordagem quantitativa das informações.

Nessa perspectiva, foi realizado um levantamento situacional dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) Técnicos de nível Médio a Distância, através de um mapeamento, observando o que preconizavam os ordenamentos legais e as diretrizes dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância e considerando os princípios teórico-metodológicos do Currículo Referência, organizado pela UFSC. Para tanto, definiu-se como instrumentos de pesquisa a análise documental dos PPC selecionados.

O universo da pesquisa foi definido utilizando-se uma amostragem não-probabilística, tomando como base 32 (trinta e dois) Projetos Pedagógicos de Curso e a participação, por adesão, de 11 Coordenadores dos cursos contemplados na amostra. Essa amostragem foi definida considerando os 111 (cento e onze) Projetos constantes na planilha disponibilizada pela SETEC/MEC em janeiro de 2012 para esse estudo. Nessa base de dados foram identificados 47 (quarenta e sete) Cursos Técnicos de nível Médio, de 09 (nove) Eixos Tecnológicos relacionados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, sendo 44 (quarenta e quatro) subsequentes e 03 (três) PROEJAs. A amostra contemplou um tipo de curso de Eixos Tecnológicos distintos por região geográfica, priorizando as instituições de ensino federais quando identificado uma maior oferta de cursos da Rede e-Tec Brasil. Para a aplicação do questionário foi elaborado um formulário eletrônico disponibilizado aos Coordenadores de Curso selecionados na amostra.

4 Análise dos dados

Para realização do Mapeamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foi elaborado um Protocolo de Mapeamento constituído de 15 (quinze) Itens, desdobrados em 44 (quarenta e quatro) Subitens, perfazendo 59 (cinquenta e nove) tópicos, previamente estabelecidos por meio dos documentos norteadores⁶. Durante o desenvolvimento da pesquisa foram identificados nos PPCs analisados 79 (setenta e nove) tópicos não previstos além dos 44 (quarenta e quatro) Subitens pré-definidos, o que representa 193% tópicos a mais do que o previsto. Diante da diversidade de nomenclaturas, em alguns casos foram consideradas como

⁶ Parecer CNE/CEB nº 16/1999, Resolução CNE/CEB nº 04/ 1999, Decreto nº 5.622/2005, Referenciais de Qualidade Para a Educação Superior a Distância (2007) e Resolução CEE/PE nº 01/2005.

equivalentes denominações correlatas para facilitar a categorização dos itens analisados. Os demais foram incluídos como subitens dos tópicos previamente estabelecidos ou passaram a integrar o Mapeamento como item novo devido a sua relevância. Os dados do mapeamento foram tabulados e representados em figuras que fundamentam a análise apresentada a seguir.

4.1 Análise percentual global de itens mapeados nos PPCs

Esta análise apresenta os itens existentes em cada um dos 32 Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos a Distância das Instituições de Ensino, que participaram deste estudo. Nesta etapa, foram considerados os 22⁷ (vinte e dois) Itens, desdobrados em 116 (cento e dezesseis) Subitens, perfazendo um total de 138 tópicos, que constituem o Protocolo de Mapeamento final. As porcentagens em que os itens foram contemplados nos PPCs estão apresentadas na Figura 1.

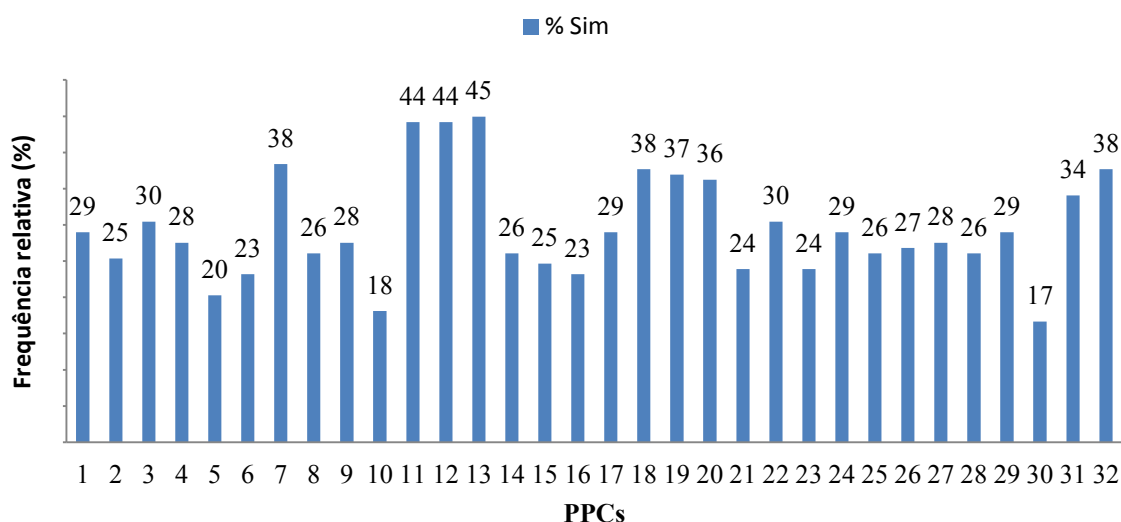


Figura 1 - Percentual global de Itens mapeados nos PPCs
Fonte: Próprios autores (2012)

A partir da figura apresentada, verifica-se que houve uma oscilação dos percentuais das ocorrências de Itens contidos nos Projetos analisados. O Projeto de Pedagógico de Curso de número 13 contempla o maior percentual de Itens (45%), quando considerados todos os itens mapeados. Os PPC05 (20%), PPC10 (18%) e o PPC30 (17%) contêm menos da metade dos itens existentes no PPC13. Isso evidencia a existência de vasta diversidade de itens propostos por algumas Comissões de Elaboração e, contrariamente, uma insuficiente inserção de Itens por

⁷ Capa; Apresentação do projeto; Sumário; Dados de Identificação da instituição e do curso; Introdução; Justificativa para a oferta do curso; Objetivos do curso; Requisitos de acesso; Fundamentação Legal; Perfil Profissional de Conclusão; Organização Curricular; Critérios de aproveitamentos de conhecimentos e experiências anteriores; Critérios e procedimentos de avaliação; Materiais Didáticos; Instalações e equipamentos; Perfil do Pessoal Docente e Técnico; Sistemas de Comunicação; Gestão Acadêmico-administrativa; Sustentabilidade financeira; Certificados e Diploma; Referências Bibliográficas; Anexos/Programas das Unidades Didáticas.

parte de outros propositores de PPCs. Ambos os casos evidenciam a ausência de um documento norteador que estabeleça os tópicos necessários para a construção de um Projeto de Cursos Técnicos de nível Médio na modalidade a distância. Por outro lado, uma análise reversa sugere que Projetos que contemplam poucos Itens podem indicar o desconhecimento dos seus propositores no que se refere aos elementos constitutivos desses PPCs.

4.2 Análise percentual por PPC considerando os Itens definidos a partir dos ordenamentos legais e documentos de referência.

A análise dos 32 PPCs pesquisados, considerando os 59 itens previamente definidos a partir dos ordenamentos legais e documentos de referência, aponta para um resultado ligeiramente melhor considerando os dados da Figura 1 que contempla todos os Itens e Subitens mapeados nos Projetos. A Figura 2 apresenta os resultados encontrados quando mapeados os 59 itens.

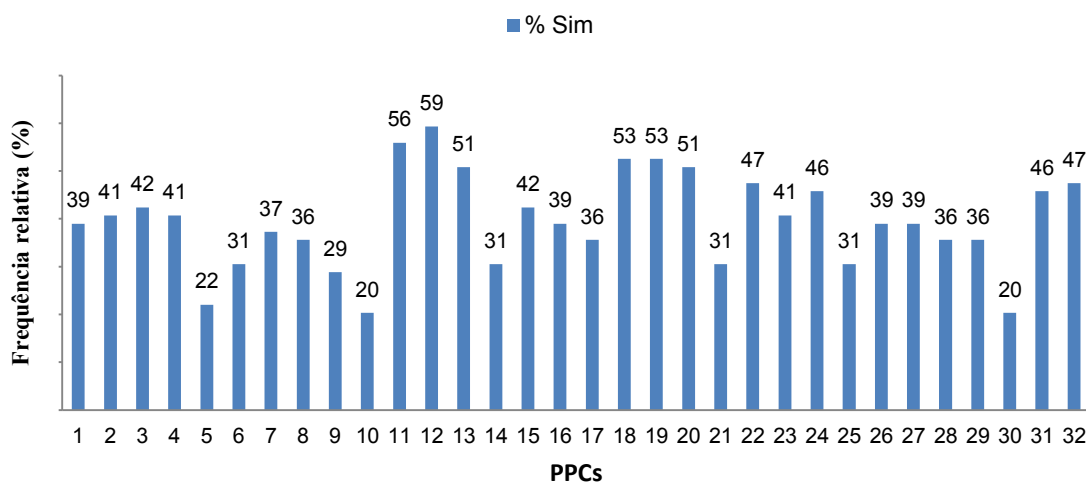


Figura 2 - Percentual por PPC considerando os Itens definidos a partir dos ordenamentos legais e documentos de referência
Fonte: Próprios autores (2012)

A figura mostra um aumento na porcentagem de Itens quando considerados os tópicos estabelecidos a partir das legislações pertinentes e documentos orientadores. Observa-se, neste caso, que o PPC de número 12 contemplou 59% dos itens previsto e os PPCs de número 10 e 30 abordaram apenas 20% desses itens. A média das porcentagens dos itens incluídos previstos nos PPCs, obtida (Figura 2), é de 40%, levando em consideração os documentos tomados como referência. A partir desta análise, pode-se inferir que existem Comissões Elaboradoras dos PPCs buscando encontrar na legislação e nos documentos norteadores, subsídios para a construção de Projetos de curso na modalidade a distância. Porém, os esforços nesse sentido ainda não são suficientes, uma vez que os dados demonstram que os Projetos pesquisados não contemplam itens essenciais para a elaboração do documento como, objetivos do curso, organização/matriz curricular e Perfil Profissional de Conclusão.

4.3 Análise percentual por PPC considerando os Itens previstos na Resolução CNE/CEB nº04/1999.

Esta análise privilegiou os 09 (nove) Itens contidos na Resolução CNE/CEB nº 04/99, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico”, em vigência no período de elaboração dos PPCs: justificativa e objetivos; requisitos de acesso; perfil profissional de conclusão; organização curricular; critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; critérios de avaliação; instalações e equipamentos; pessoal docente e técnico e; certificados e diplomas. Os resultados obtidos em cada Item estão representados na Figura 3.

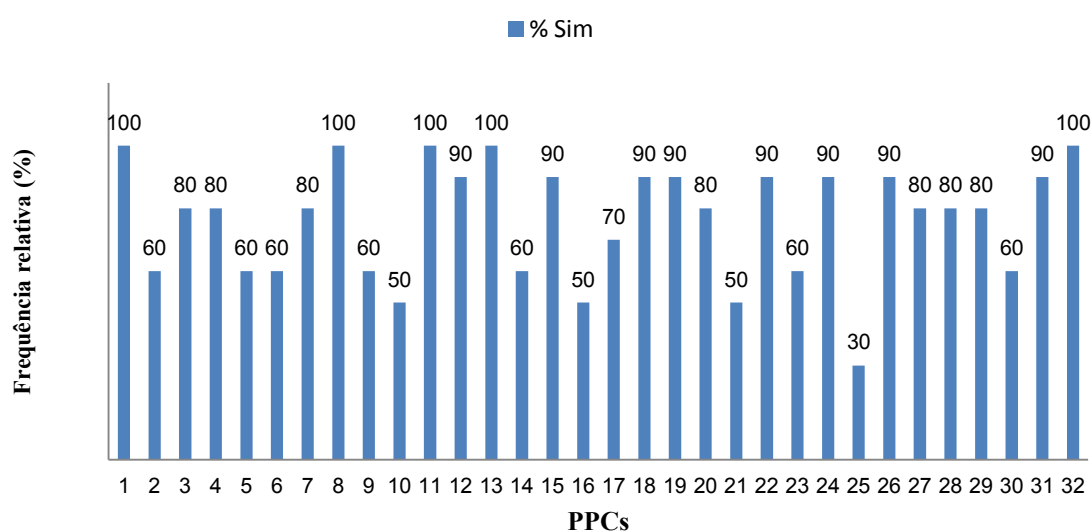


Figura 3 - Porcentagem dos itens contido em cada PPC considerando os itens previstos na Resolução CNE/CEB nº 04/99
Fonte: Próprios autores (2012)

Muito embora os índices sejam melhores do que os registrados nas Figuras 1 e 2, cabe aqui destacar que apenas 05 (cinco) PPCs contemplam integralmente os aspectos previstos na Resolução CNE/CEB nº 04/1999 (PPC01, PPC08, PPC11, PPC13 e PPC32). Dos 32 (trinta e dois) PPCs analisados, 30 (trinta) deles atenderam parcialmente, entre 50% e 90%, dos itens previstos. Ressalta-se que o PPC25 apresenta apenas 30% dos itens obrigatórios, o que pode indicar, neste caso, o desconhecimento da relevância do cumprimento da referida Resolução.

A porcentagem média desses itens presentes nos PPCs é de 77%, o que sugere que mesmo havendo um ordenamento legal que explicita claramente o que deve conter os Projetos Pedagógicos de Cursos, não há uma observância no sentido de seguir o estabelecido na legislação. Pressupõe-se que há uma ausência de acompanhamento e avaliação pelos órgãos competentes no cumprimento da legislação pertinente, a exemplo do que acontece nos cursos superiores.

4.4 Análise global dos percentuais por Item da Resolução CNE/CEB nº 04/1999 contemplados nos PPCs

A Figura 4 apresenta uma síntese que considera a análise do percentual atribuído a cada item existente nos Projetos de Curso, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 04/1999.

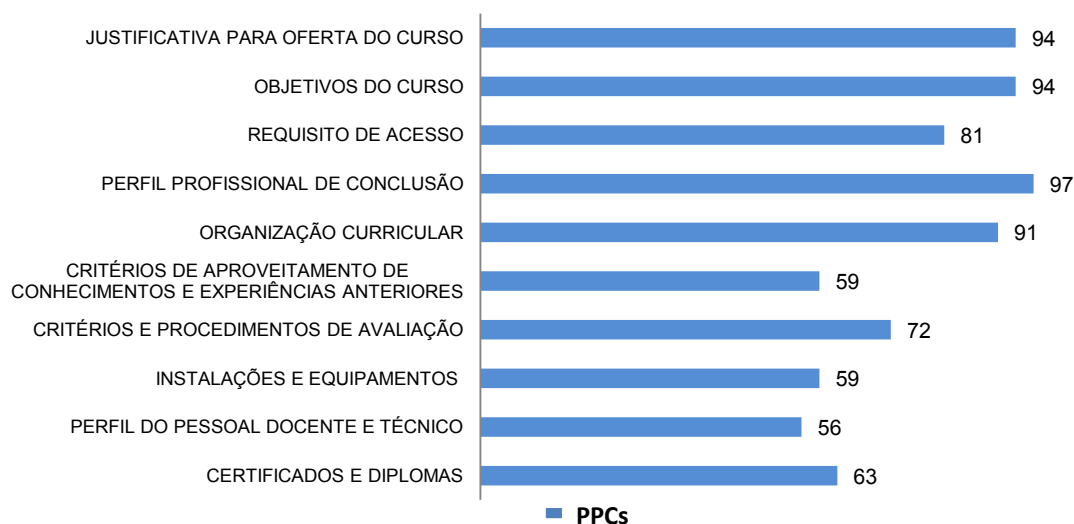


Figura 4 - Percentual de PPCs que contemplam os Itens definidos na Resolução CNE/CEB nº 04/1999

Fonte: Próprios autores (2012)

Nesta figura é possível observar o índice de inserção de cada elemento constituinte dos PPCs, previsto nessa Resolução. O item “Perfil Profissional de Conclusão”, considerado um dos itens mais importantes na construção de um Projeto Pedagógico de Curso, foi identificado em 97% dos PPCs. Também foi mapeado um elevado índice dos itens “Justificativa para oferta do curso” e “Objetivos do curso” (94%), e “Organização curricular” em 91% dos Projetos.

Esses percentuais sugerem que as Comissões de Elaboração podem ter seguido o modelo dos PPCs dos cursos presenciais, aproveitando as características do texto para compor os PPCs dos cursos a distância, uma vez que são equivalentes em ambas as modalidades. No entanto, essa explicação não justifica os índices identificados na Figura 4 para os demais tópicos. O Item “Critérios de aproveitamento de conhecimento e experiência anteriores” (59%), por exemplo, pode ser reflexo da resistência dos docentes em validar as aprendizagens construídas no mundo do trabalho, decorrente de uma percepção que privilegia os conhecimentos desenvolvidos nos ambientes formais de escolarização.

Com relação aos “Certificados e Diplomas” o mapeamento registra um índice de 63% de PPCs que apresentaram esse Item. A ausência deste tópico nos demais Projetos sugere duas possibilidades: uma dificuldade da Comissão de Elaboradores em definir o itinerário formativo do curso e as qualificações de suas respectivas saídas intermediárias; ou ainda, uma percepção de que a titulação, em termos do diploma de técnico que o estudante tem direito, pode ser tão óbvia que os propositores dos PPCs não consideram relevantes constar no documento.

Os Itens “Instalações e equipamentos” (59%) e “Perfil do pessoal docente e técnico” (56%), apresentaram os menores percentuais dentre os tópicos previstos na Resolução. No primeiro caso, isso pode ter ocorrido em consequência das dificuldades das instituições de ensino na aquisição e adequação dos sistemas eletrônicos de comunicação necessários ao atendimento das especificidades da educação a distância, particularmente no que concerne à estrutura física e tecnológica dos polos. Ou seja, a ausência de uma previsão detalhada dos materiais e equipamentos imprescindíveis na EaD resulta, provavelmente, da pouca experiência dos elaboradores com as singularidades próprias dessa modalidade, por ocasião da elaboração do Projeto.

No que se refere ao “Perfil do pessoal docente e técnico”, presente em apenas 56% dos PPCs, existe a probabilidade de que a omissão desse Item se justifique na medida em que, na maioria dos casos, a EaD está circunscrita a um programa federal, sem a efetivação de uma política consolidada nas instituições de ensino, com previsão orçamentária própria para essa modalidade. Disso decorre a alta rotatividade de profissionais, tanto docentes quanto técnicos, administrativos e os especializados, cuja participação depende da autorização de bolsas pelo FNDE para a Rede e-Tec Brasil. Tem-se conhecimento de que algumas instituições vêm formando seu próprio quadro de profissionais efetivos para a educação a distância, mas isso ainda constitui iniciativas particulares, carente de uma política federal mais consistente. Nesse contexto, é possível imaginar a dificuldade dos propositores de PPCs em descrever um quadro de pessoal docente e técnico em constante mutação, em um cenário de permanente instabilidade.

É importante destacar que os dados trazidos para esse artigo contemplou apenas uma análise síntese qualitativa dos resultados globais obtidos na pesquisa, porém o estudo completo considerou também uma análise qualitativa de cada Item mapeado. Desta forma, foi possível identificar a necessidade de um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade estudada, possibilitando a identificação de desafios que as instituições de ensino precisam enfrentar no que tange ao processo de construção dos PPCs, na perspectiva de contemplar com qualidade, as dimensões política, pedagógica, técnica e legal de um Projeto Pedagógico de Curso. Esse estudo ratificar a necessidade urgente de um processo de avaliação dos cursos nos moldes em que são realizadas as avaliações dos cursos superiores. Essa necessidade foi recentemente prevista no Título III, Capítulo III (Avaliação, Aproveitamento e Certificação) da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 que define as atuais Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível Médio, contudo trata esse item de forma muito incipiente, pois não definem normas, critérios ou procedimentos para a avaliação, nem tão pouco estabelece prazo para seu início.

5 Considerações finais

A complexidade dos aspectos envolvidos num Projeto Pedagógico de Curso e a enorme diversidade de leituras possíveis dos dados possibilitam assinalar algumas conclusões. Nesta perspectiva, levando em consideração a dimensão técnica, os PPCs apresentaram uma grande diversidade de Itens, que pode ser consequência da inexistência de um documento orientador, estabelecidos pelos órgãos

regulamentadores, que norteiem o processo de elaboração dos PPCs dos Cursos Técnicos de nível Médio, na modalidade a distância. Isto também pode ser justificado tendo em vista que os PPCs foram construídos em universos e realidades diferentes, com grupo de trabalho diferentes que apresentam formas de organização estrutural, conceitual e pedagógica, de apropriação e de compreensão dos dispositivos legais distintos. O que pode ter contribuído para a diversidade de PPCs e diferentes formatações e conceituações. É importante destacar que quando realizado uma análise qualitativa dos projetos encontrou-se incoerências que comprometem tanto a credibilidade quanto a qualidade das informações declaradas que geram dúvidas e equívocos na interpretação da proposta do curso. Fica evidenciado que em alguns itens buscou-se a cópia de textos oriundos de outros PPCs, sem a preocupação de adequá-los ao contexto do documento que estava sendo elaborado.

Ainda na perspectiva dessa dimensão, observou-se uma tendência de organização formal dos PPCs seguindo as regras de estruturação de um trabalho acadêmico, mas sem registro de todos os elementos que caracterizam um documento desta natureza.

Na confluência das dimensões técnicas e legal, a pesquisa demonstrou que a maioria dos Projetos não observam os ordenamentos legais, particularmente as orientações que visam o atendimento das especificidades de um PPC na modalidade a distância, especialmente com relação a estrutura formal a ser observada na construção dos PPCs.

No âmbito da dimensão política, pedagógica e conceitual, as análises qualitativa e quantitativa da pesquisa indicam que os Itens que abordam as especificidades da EaD são elencados superficialmente nos Projetos, sem atender muitas das singularidades desta modalidade.

Considerando que essas dimensões são indissociáveis, a pesquisa durante a análise qualitativa apontou que poucos Projetos buscaram articulação entre o PPP e o PDI da instituição com a proposta do curso a ser ofertado. Contudo, a concepção de educação e os princípios pedagógicos fundamentais existentes numa instituição de ensino, permearam de forma geral a elaboração dos Projetos.

Todavia, as análises dos dados confirmam a hipótese trabalhada segundo a qual os profissionais das instituições da Rede e-Tec Brasil ainda não detinham uma compreensão sobre a modalidade a distância e da necessidade de elaborar um Projeto diferenciado para os cursos, considerando as peculiaridades dessa modalidade. Essas conclusões apontam também para a relevância, no atual momento histórico, da elaboração de um “Protocolo de Referência para a Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos de nível Médio na Modalidade a Distância”. Até porque são escassas a literatura e a pesquisa com essa abordagem, mesmo na Educação Superior, onde os imperativos regulatórios desse nível de ensino têm impulsionado alguns trabalhos acadêmicos.

Essa pesquisa se pode inferir a relevância para a elaboração de um “Protocolo de Referência para a Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos

Técnicos de nível Médio na Modalidade a Distância” como proposta para trabalho futuro, que permitirá trazer uma contribuição para a melhoria dos processos e procedimentos de elaboração dos PPCs, sua organização e sistematização. Isso poderá redundar numa melhor organização acadêmica dos cursos técnicos a distância e, conseqüentemente, na melhoria do funcionamento da educação profissional técnica de nível médio a distância no Brasil.

Referências

- BERBEL, Neuci Aparecida Nava (Org.). *Metodologia da Problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina: Ed. UEL/ COMPEd - INEP, 1999.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 e suas alterações*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf> Acesso em: 30 Mar. 2012.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 08 de dezembro de 1999*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_99.pdf> Acesso em: 30 Mar. 2012.
- _____. Ministério da Educação. *Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o Art.80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2005/decreto/d5622.htm> Acesso em: 30 Mar. 2012.
- _____. Ministério da Educação. *Referenciais de qualidade de EaD de cursos de graduação a distância*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=62&Itemid=191>> Acesso em: 30 abr. 2012.
- CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clovis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriundo (Org). *Currículo Referência para o sistema e-Tec Brasil*. Florianópolis: NUP/UFSC, 2011. Disponível em:< <http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/index.htm>> Acesso em: 20 Fev. 2012.
- LÜCK, Heloisa. *Metodologia de Projetos*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MINGUILLI, Maria da Glória; DAIBEM, Ana Maria Lombardi. *Projeto pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica*. Disponível em: <<http://www.fmb.unesp.br/projetopedagogico/docs/Projeto%20pedag%C3%B3gico%20e%20projeto%20de%20ensino.pdf>> Acesso em: 30 Mar. 2012.
- SAUPE, Rosita; ALVES, Elioenai Dornelles. *Contribuição à construção de projetos políticos pedagógicos na enfermagem*. Rev. latino-am. enfermagem - Ribeirão

Preto - v. 8 - n. 2 - p. 60-67 - abril 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12419.pdf>> Acesso em: 30 Mar. 2012

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: *uma construção possível*. 23^a. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.